

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

GUSTAVO MELO NOGUEIRA

**PRESENÇA RELIGIOSA NA POLÍTICA BRASILEIRA: AMEAÇA À
DEMOCRACIA E AO ESTADO LAICO**

BRASÍLIA

2019

GUSTAVO MELO NOGUEIRA

**PRESENÇA RELIGIOSA NA POLÍTICA BRASILEIRA: AMEAÇA À
DEMOCRACIA E AO ESTADO LAICO**

Monografia apresentada ao instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Antonio José Escobar Brussi

BRASÍLIA

2019

GUSTAVO MELO NOGUEIRA

**PRESENÇA RELIGIOSA NA POLÍTICA BRASILEIRA: AMEAÇA À
DEMOCRACIA E AO ESTADO LAICO**

Monografia apresentada ao instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política.

Antonio José Escobar Brussi

Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (Orientador)

Paulo Du Pin Calmon

Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (Parecerista)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais e minha família pelo apoio e suporte e por proporcionarem todos os instrumentos para eu chegar até aqui. Agradeço também a todos os professores de minha vida escolar e acadêmica, que me ajudaram a desconstruir o mundo e entendê-lo de outra forma, me ensinaram a questionar e me transformar como pessoa.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 6 |
| CAPÍTULO I | 9 |
| 1. O catolicismo brasileiro frente ao golpe de 1964..... | 9 |
| 2. Mobilizações religiosas da sociedade | 13 |
| 3. Igreja reage à ditadura | 21 |
| CAPÍTULO II | 29 |
| 1. Perfil social e político dos evangélicos | 29 |
| 2. Conservadorismo e ameaça ao Estado laico | 34 |
| CONCLUSÃO | 42 |
| REFERÊNCIAS | 44 |

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios das civilizações humanas, política e religião se desenvolveram de maneira muito interligada ao longo dos séculos. Em alguns momentos da história e em certas sociedades essas esferas se tornaram até mesmo híbridas. A religião muitas vezes serviu e ainda serve em determinadas sociedades como legitimação para a autoridade política e é possível perceber, analisando a história humana, como homens exerceram a política sob forte influência da religião e de ideários religiosos.

Ao longo da modernidade e da contemporaneidade no ocidente, os Estados nacionais foram se centralizando e se tornando mais independentes do clero. A Reforma protestante, movimento que visava reestruturar a forma como a Igreja Católica tinha direcionado a doutrina cristã, foi vital para que se incutisse na Europa a valorização da liberdade religiosa, uma vez que a Igreja católica, antes homogênea, se viu perdendo poder em meio ao surgimento de outras vertentes cristãs. As sociedades foram se tornando mais secularizadas e a religião passou a desempenhar um papel secundário na condução das importantes decisões políticas.

Na Idade Contemporânea, com os ideais republicanos e democráticos que surgiram, a noção de Estado laico ganhou força, ou seja, a não interferência da religião nos assuntos de Estado. No Brasil, a separação entre Igreja e Estado se firmou na constituição de 1891 e na mais recente, a constituição de 1988. Esta assegura, de acordo com o artigo 5º, inciso VI, o direito à liberdade religiosa individual de seus cidadãos, e proíbe, de acordo com o artigo 19, inciso I, o estabelecimento de igrejas estatais e de qualquer relação de “dependência, imposição ou aliança” de autoridades com os líderes religiosos, com exceção de “colaboração de interesse público, definida por lei” (BRASIL, 1988, p. 13, 25).

Apesar disso, a religião cristã no Brasil, por ser um aspecto cultural essencial para a formação de nossa sociedade, influenciou e até hoje influencia diversos âmbitos da sociedade, inclusive o âmbito político. Revendo a história brasileira, percebe-se como a fronteira entre as esferas religiosa e política são fluidas. Primeiramente, é necessário entender que o Brasil adotou o catolicismo como religião oficial até 1889. Portanto, durante todo o período colonial (1500-1822) e imperial (1822-1889) havia uma dependência orgânica da Igreja ao Estado, representado pelo instituto do Padroado Régio Português. Segundo esse regime, o poder executivo tinha como dever proteger a religião do Estado (o catolicismo), mas, ao mesmo

tempo, detinha prerrogativas constitucionais, como nomear bispos e fiscalizar a Igreja em assuntos administrativos e econômicos (ESQUIVEL, 2003).

Depois de consolidada a República, houve uma reaproximação da igreja e do Estado no governo Vargas, com a constituição de 1934 consolidando privilégios para a Igreja Católica.

Já em 1964, a Igreja Católica se posicionou de maneira favorável ao golpe militar, por ser uma instituição historicamente avessa ao comunismo, tendo em vista que as forças sociais que apoiaram o golpe acreditavam que uma ameaça comunista e antidemocrática rondava o país. Muitos católicos se manifestaram para pedir a deposição do então presidente João Goulart usando em seus discursos os valores tradicionais do cristianismo, a defesa da família e da pátria.

Atualmente, a proporção demográfica dos evangélicos aumentou significativamente, assim como houve uma ampliação da participação dos evangélicos no espaço político. Antes um segmento discreto no cenário político até os anos 1970, já na Assembleia Constituinte de 1988 ganharam visibilidade para lutar por mais representação e poder. Entre cientistas sociais, jornalistas, políticos e militantes de minorias há uma grande preocupação com essa crescente participação dos evangélicos na política, uma vez que interpretam esse fenômeno como um retrocesso no processo de secularização dessa importante esfera da vida social.

Dessa maneira, para entender quais as consequências para a consolidação da democracia brasileira e da laicidade, é importante analisar esses grupos religiosos que interferem no espaço público e se atentar para posturas e discursos que ameaçam pilares importantes consagrados na constituição de 1988: a democracia e o Estado laico. Nos períodos analisados nesse trabalho, a combinação entre religião e política, seja nas instituições, seja nos discursos dos atores políticos, gera preocupação, pois o conservadorismo embutido neles pode representar retrocesso na consolidação desses pilares.

Utilizando variadas fontes como artigos, livros e sites que se mostraram relevantes para a construção desse trabalho, pretendo investigar e inferir como e por que a imposição da visão religiosa no espaço político pode ameaçar a democracia, legitimando governos antidemocráticos assim como discursos de caráter fundamentalista. Para responder essa questão, analisarei dois momentos da nossa história, que carregam em si algumas similaridades: o fortalecimento do conservadorismo e da presença religiosa na política.

No capítulo 1 pretendo demonstrar o posicionamento da Igreja Católica frente à crise do governo de João Goulart e seu consecutivo apoio dado ao golpe militar de 1964, um período da história brasileira muito representativo para demonstrar como as esferas religiosa e política se entrecruzaram. Este apoio da Igreja culminará em manifestações como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Posteriormente mostrarei a reação contrária ao regime que se deu por parte da Igreja, quando após 1968 o regime se tornou mais autoritário e violento.

No capítulo 2 pretendo mostrar como nos dias atuais há uma forte presença evangélica na política, traçando um perfil desse grupo nos principais meios institucionais e também fora dele, com pastores e demais religiosos que buscam influenciar a opinião pública e a esfera política para fazer valer seus interesses. A abordagem desse período atual revelará a evolução da questão política-religiosa no Brasil e seus desafios prementes. Analisarei justamente quais são esses interesses e o que esses grupos procuram defender. Posteriormente abordarei como essa denominação religiosa, na defesa de suas pautas conservadoras, pode contrariar o estado laico, os princípios democráticos e sufocar reivindicações de grupos mais progressistas da sociedade brasileira.

CAPÍTULO I

1. O catolicismo brasileiro frente ao golpe de 1964

A presença das religiões cristãs no espaço público e político no Brasil é uma constante na nossa história. Sua intromissão nos espaços de poder e alianças ocasionais com o Estado revelam o poder para a imposição da visão religiosa em questões políticas e sociais. Pode-se perceber que o estado laico, instituído com a proclamação da República, assim como a separação de igreja e Estado não se concretizou de forma efetiva em nossa história recente. Ainda atualmente há inúmeros exemplos de que a laicidade também não é inteiramente respeitada.

Para analisar como a religião e a política estão interligadas na história do país, volto a um momento decisivo: o golpe civil-militar de 1964. Neste conturbado momento de nossa história, partes importantes da sociedade influenciaram na deposição do então presidente João Goulart para colocar no governo os militares. Entre essas parcelas contribuintes do golpe está a imprensa, setores da direita da sociedade civil, empresariado e a alta cúpula da Igreja católica. Apesar de dados da época mostrarem um alto índice de aprovação do presidente, o que ocorreu foi uma massiva campanha de desestabilização do seu governo, associando sua imagem ao comunismo. Esses setores temiam as reformas propostas por João Goulart, como a reforma agrária, reforma educacional, reforma tributária, etc. O governante populista, conhecido pelo aumento de 100% do salário mínimo enquanto ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, iria criar, segundo esses setores, uma república sindicalista.

A Igreja via o perigo da subversão da ordem, o comunismo, a ameaça da democracia e da propriedade privada como incentivos para se mover contra o governo, articulando atos políticos que contribuíram para a realização do golpe. Era necessário para os mais conservadores da sociedade a manutenção da ordem estabelecida, a apatia das classes populares e os privilégios das classes mais abastadas. A aliança com os militares foi, portanto, natural. Atendendo aos anseios dos setores conservadores que queriam a deposição de Jango, os militares agiram e assumiram o governo em primeiro de abril de 1964.

Porém a situação anterior e posterior ao golpe era de uma extrema polarização em relação a que rumos tomar para a política brasileira. Havia aqueles na sociedade que apoiaram o governo de João Goulart e queriam ver realizadas as reformas propostas. Houve uma

divisão em diversos setores e na Igreja católica não poderia ser diferente. Algumas alas mais progressistas viam as reformas, principalmente a agrária, com bons olhos. Percebiam nela uma forma de defender as classes mais marginalizadas da sociedade. Essas alas viam na defesa dos mais pobres o exercício de sua fé e lutavam para uma diminuição da desigualdade social, que assolava o Brasil naquele contexto. Essas parcelas da Igreja afirmaram que a instituição não se identificava com o capitalismo e criticava a forma como o sistema capitalista foi implantado no Brasil, promotor da desigualdade social. A JUC, Juventude Universitária Católica, por exemplo, acabou optando por um discurso bem à esquerda quando se transformou na Ação Popular, e posteriormente foram perseguidos pelo regime militar. Portanto, é possível perceber como a instituição Igreja católica não era uma só, havia divergências ideológicas dentro dela e isso é mais um dos motivos para a alta cúpula se aliar aos militares. O objetivo poderia ser visto também como enfraquecer essas alas mais progressistas e limitar a influência da Santa Sé à questão social (AMORIM, 2004, pp. 8-9).

Mas para adentrar nessa questão é preciso entender como era composta e como surgiram essas alas mais preocupadas com as questões sociais e as classes mais populares. Primeiramente vale citar a criação da Ação Católica Brasileira pela hierarquia da Igreja Católica em meados da década de 30. Inicialmente identificados com um nacionalismo de direita e com os integralistas, a entidade nomeou em 1947 como assistente Dom Helder Câmara, uma importante figura do clero progressista. A Ação Católica tinha como objetivo a disseminação da religião pela sociedade através da ação dos leigos. Contava com algumas vertentes como a JEC, Juventude Estudantil Católica, JUC, Juventude Universitária Católica, JOC, Juventude Operária Católica. Essa Ação Católica, na década de 1950 e início da de 1960, foi responsável por um forte dinamismo da Igreja e por sua presença mais ampliada na sociedade. Importantes organizações que posteriormente foram perseguidas pela ditadura, entre elas a Ação Popular, grupo criado em 1962, formado por cristãos e não cristãos, já não mais ligados a Igreja e que apresentava uma orientação socialista democrática (AMORIM, 2004, pp. 14-15).

Nascidos do seio da Ação Católica vale citar também a CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, organização muito ativa no cenário social brasileiro nas décadas de 50 e 60. Dom Helder esteve à frente das duas organizações. A CNBB teve uma importância fundamental para que a Igreja Católica passasse de dioceses espalhas e isoladas pelo país para uma instituição com uma maior estrutura nacional. Do Vaticano, participou da renovação da Igreja no século XX, o Concílio Vaticano II, uma reunião eclesial que tinha como objetivo

pensar como a Igreja poderia se adaptar aos novos tempos pós-guerra e abarcar uma maior quantidade de seguidores, voltando sua atenção para a defesa da dignidade humana e dos menos favorecidos economicamente (SOUZA, 2004).

Nos tempos de polarização ideológica que o Brasil vivia na década de 60, instituições como Ação Católica, CNBB, MEB (Movimento de Educação de Base) sofreram consequências desses acirramentos de ideias e posturas políticas. Mesmo exercendo uma atividade cada vez mais intensa, com apoio de bispos, religiosos e leigos, se organizou em sentido contrário uma resistência às propostas de reformas e transformações. Plínio Corrêa de Oliveira e dois bispos, Castro Mayer e Proença Sigaud, publicaram um livro contra as mudanças, chamado: “Reforma agrária, problema de consciência”. Tivemos, então, cristãos dos dois lados do espectro político-ideológico (SOUZA, 2004, p. 79).

A Igreja esteve ao lado da decisão dos militares em um primeiro momento não só pela insatisfação em relação ao governo que seria deposto, considerado esquerdizante por eles, nem só pelos anseios de reformas e vozes comunistas pelo país. A Igreja via também uma influência subversiva em sua própria hierarquia. Os grupos mais integrados aos problemas sociais, que se colocavam ao lado dos mais marginalizados eram vistos com preocupação pelos mais conservadores. Afeiçoados às velhas práticas e métodos da Igreja, não queriam que a Santa Sé tivesse uma influência maior nas questões sociais e nem que grupos como Ação Católica, JUC e CNBB interferissem nas posturas da Igreja, assim como na sua hierarquia. É necessário entender que parte do clero e do próprio governo militar não queria que aqueles discursos voltados para o social virassem medidas políticas efetivas (ALVES, 1979).

Na década de 60, com o mundo imerso na bipolaridade entre capitalistas e comunistas, os países se dividiam em primeiro, segundo e terceiro mundo, sendo o primeiro mundo os países capitalistas, o segundo os países comunistas e por fim o terceiro mundo, abarcando países que não tinha o poder econômico e a qualidade de vida dos de primeiro mundo. Naturalmente, a Igreja Católica se coloca ao lado de uma visão de mundo das democracias liberais capitalistas do Ocidente, pois entende que o comunismo soviético, com sua ideologia inerentemente ateuista, não corresponde a sua visão de mundo teológica, além da ameaça que esta ideologia representa para a propriedade privada. Contudo, a Igreja naquele momento não coloca somente o comunismo como inimigo, mas se divide colocando o liberalismo também. Isso ocorre pois era necessário explicar a crescente pobreza nesses países do terceiro mundo e o capitalismo dito selvagem foi visto como fomentador dessa desigualdade social e

marginalização. Dessa maneira a divisão se dá entre alas progressistas, que denunciam a desigualdade social, incluindo grupos de vertente marxista saindo do meio da Igreja; existem alas moderadas que tentam agradar essas duas visões de mundo conflitantes e há as alas conservadoras que se colocam numa posição anticomunista e que se aliam ao regime militar no Brasil (ALVES, 1979).

Essa aliança entre Igreja e militares pode ser explicada como promotora de uma legitimação tendo em vista a situação polarizada e a rejeição de alguns grupos ao governo de Jango, como também uma forma de ganhar privilégios para ambas instituições. Dessa forma, ao se colocar ao lado da Igreja, os militares legitimam mais ainda o golpe, pois a maioria da população é católica e se colocando ao lado dos militares, a Igreja reforça sua visão de mundo no espaço público pois ganha espaço e privilégios. É preciso entender que quanto menos democrático é um governo, mais privilégios a Igreja terá do Estado, pois sua visão teológica não comporta outras visões de mundo, outros anseios, portanto não é democrática. A partir do momento que a religião declara conhecer a única verdade, é incoerente aceitar outras verdades que se inserem em um contexto democrático de pluralidade de ideias. Se aliando a um governo autoritário, a Igreja insere no espaço público uma dimensão da vida que é e deveria ser da esfera privada: a religião. Ganha com isso uma legitimação ainda maior do Estado pois sua ideologia conservadora e seus valores ganham notoriedade e legitimidade pública a partir do momento que é trazida para combater o comunismo ateu e conservar os valores tradicionais do cristianismo ocidental (ALVES, 1979).

Assim a Igreja se aproxima do Estado para ganhar privilégios, como já aconteceu em outros momentos, pois desde a separação da Igreja e Estado no início da República, no final do século XIX, a Igreja vem perdendo cada vez mais seu espaço de poder que anteriormente detinha. A modernidade, a pluralidade de ideias e facilidade de comunicação, a democracia, tudo isso desencadeia uma abertura para novas visões de mundo, novas ideologias, e isso acaba representando uma ameaça para a posição da Igreja.

Portanto, dessa aliança com o Estado e a preocupação com os rumos de grupos progressistas da Igreja e demais grupos associados à esquerda, concluímos o profundo sentimento anticomunista que a Igreja Católica adota. Essa condenação às ideias marxistas que a Igreja tomou tem sua origem na noção de que os ideais comunistas nunca poderão ser compatíveis com a doutrina católica. Obviamente se colocando incompatível com a visão de mundo ateu e materialista, entendem também que o comunismo representa um perigo para a

liberdade individual, para os direitos fundamentais do indivíduo e para a propriedade privada. Em 1846, na encíclica *Qui pluribus*, o Papa Pio IX afirmou que o comunismo é "sumamente contrário ao próprio direito natural, o qual, uma vez admitido, levaria à subversão radical dos direitos, das coisas, das propriedades de todos e da própria sociedade humana". Já em 1878, na encíclica *Quod Apostolici muneris*, o Papa Leão XIII disse que o comunismo é uma "peste mortífera, que invade a medula da sociedade humana e a conduz a um perigo extremo" (SANCTIS, 1972, pp. 320-322).

No pós-guerra, a Santa Sé também se posicionou fortemente contra essa ideologia, depois que na Segunda Guerra Mundial não se atentou aos excessos dos comunistas. Em 1948, quando estava ocorrendo as disputas eleitorais gerais da Itália, o confronto era entre socialistas e comunistas, que se coligaram para enfrentar a Democracia Cristã liderada por Alcide De Gasperi. No intuito de evitar que a Itália se tornasse comunista e ameaçasse a democracia que estava nascendo naquele país, a Igreja Católica e o papa Pio XII se empenharam para garantir a vitória da Democracia Cristã, o que realmente ocorreu. A Cortina de Ferro, que assolava o leste europeu com a supressão das liberdades individuais e a perseguição da Igreja não atingiria a Itália. Um ano mais tarde o Decreto contra o comunismo seria publicado pelo Santo Ofício ainda durante o pontificado do Papa Pio XII. O documento confirmou a excomunhão automática de todos os católicos que, em obstinação consciente, defendem abertamente o comunismo e colaboram com organizações comunistas e afins. Além deste célebre documento de 1949, outros decretos contra a ideologia comunista também foram publicados pelo Santo Ofício entre as décadas de 1940 e 1950. Esse profundo sentimento anticomunista dentro da instituição é um das explicações, portanto, para a interferência da Igreja no golpe de 64 (CARRILLO, 1965, pp. 90-92).

No Brasil, o anticomunismo foi responsável por justificar golpes e rompimentos institucionais em dois momentos: o período entre 1935-37 quando houve a "Intentona comunista", e o segundo período em 1964. Nessas duas épocas era difundida pelos atores que tomaram o poder a ameaça comunista que o Brasil supostamente sofria (MOTTA, 2002).

2. Mobilizações religiosas da sociedade

Cabe analisar agora como se efetivou esse apoio e como os fieis e católicos de uma maneira geral participaram disso. De que forma o católico via a situação daquele momento e

de que maneira acha que deveria agir? Deveria guardar suas convicções religiosas no seu espaço privado ou deveria externar publicamente para que a sociedade caminhasse no rumo certo, condizente com suas convicções?

Vimos que uma parte dos religiosos se posicionaram abertamente contra o presidente João Goulart assim como outros setores da sociedade. Havia uma forte campanha de desestabilização de seu governo por parte da elite conservadora do país. Para disseminar suas críticas e interesses para a massa, essa elite utilizava a mídia da época: televisão, rádio, revistas, jornais, etc. Para articular esse grupo conservador, financiar e organizar toda essa propaganda ideológica foi criado o IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Tinha como fundadores diretores e presidentes de associações comerciais e industriais e também teve o apoio da Câmara de Comércio dos Estados Unidos. Esse órgão trabalhou naquele período arrecadando e distribuindo fundos para toda a campanha midiática anticomunista contra o governo (DREIFUSS, 1981, p. 233).

Dentro da hierarquia da Igreja Católica, havia uma clara discordância entre grupos conservadores e grupos mais politizados, que apoiavam as reformas de Jango. Esses setores conservadores, tanto da elite econômica quanto do alto clero se alinhavam em suas visões e críticas ao governo. Houve a criação de vários grupos que denunciavam o “progresso e a subversão” que estava em curso no Brasil. Com os mesmos objetivos de propaganda ideológica do IBAD, por exemplo, D. Jaime de Barros Câmara trouxe das Filipinas, em 1963, o padre Patrick Peyton. Ele foi responsável por promover a Cruzada pelo Rosário em Família, denunciando em seu discurso os males do mundo e do Brasil, que segundo ele, eram promovidos por políticos ateus que queriam mudar a ordem natural das coisas. Suas mobilizações e falas iam ao encontro do que a direita brasileira pregava naquele momento, que os comunistas iriam acabar com a família e lançar o país na subversão e na desordem. O seu famoso slogan era “A família que reza unida, permanece unida”. A Cruzada pelo Rosário em Família do padre Peyton seria a semente que levaria a realização da grande Marcha da Família (ALVES, 1979, p.112). Com a Cruzada, houve uma cristalização e ligação dos elementos Deus, família e pátria, assim como incentivo aos movimentos anticomunistas da década de 60. Segundo alguns historiadores norte americanos, como Jerome Levinson e Juan de Onis, foi demonstrado posteriormente que Peyton estava associado à CIA e as várias marchas realizadas em 1964, promovidas por associações católicas femininas, foram financiadas não só por empresas americanas como também pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos (LEVINSON; ONIS, 1972, p. 231).

Alguns outros grupos católicos ajudaram a implementar as ideias promovidas por Peyton e disseminar para os fieis os ideais anticomunistas. A Associação dos Antigos Alunos do Sagrado Coração de Jesus, o Grupo de Reabilitação do Rosário, os Cursilhos da Cristandade, a Opus Dei são alguns nomes. Alguns anos antes, em 1960 foi fundada em São Paulo, por Plínio Corrêa de Oliveira, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), entidade de caráter cívico e cultural que estava ligada ao setor conservador da Igreja Católica. Promoveram procissões e orações de viés anticomunista, renunciando o que seria a Marcha da Família (MOTTA, 2002, p. 188).

É interessante como essa sociedade se organizou tão efetivamente e simbolizou a inserção do laicato católico nos acontecimentos políticos da época, como organização de cunho religioso declaradamente anticomunista. A TFP foi uma organização civil organizada por Plínio Corrêa de Oliveira, um professor catedrático, deputado federal constituinte em 1934, escritor e jornalista católico. Ele começou suas atividades como militante católico na Congregação Mariana de Santa Cecília, São Paulo. Já em 1932 participou da criação da Liga Eleitoral Católica, elegendando-se como deputado constituinte no ano seguinte. Teve notória participação na Ação Católica, mas saiu da organização no começo da década de 40. Isso se deu por sua postura conservadora e tradicionalista. Discordava da emergência no seio católico de tendências progressistas e demais renovações que na sua visão estavam invadindo a Igreja para seu malefício (MOTTA, 2002, pp. 189-190).

Com amigos e colaboradores leigos com visão tradicionalista como ele, criou um grupo em São Paulo que mais tarde se tornaria a TFP. A concretização da organização se deu após a publicação em 1959 do texto *Revolução e Contra Revolução*, de autoria de Plínio Oliveira. O livro reunia as ideias centrais do que mais tarde seria o grupo. O argumento geral era que a ordem cristã vinha sofrendo ao longo do tempo a ação de numerosos inimigos que intentavam derrubar a Igreja, entre eles luteranos, iluministas, jacobinos, comunistas; e que todos eles eram partes de um conluio maior orquestrado pela maçonaria ao longo de todo esse tempo. O principal inimigo da Igreja, portanto, era a Revolução, principalmente sua última forma: o comunismo. Oliveira pregava então uma contra revolução, uma restauração dos fundamentos da antiga sociedade cristã, antes dela ser acometida pela desordem dessas revoluções da modernidade. Para isso, era necessário a criação de uma entidade de caráter civil, que agisse no espaço público (MOTTA, 2002, p. 191).

Assim foi criada a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, composta exclusivamente por militantes católicos leigos, ou seja, fora dos quadros da Igreja. A organização proporcionaria uma luta aberta contra os “revolucionários” e além do comunismo, iria combater o modernismo como um todo, o divórcio, o aborto e demais mudanças de comportamento consideradas fora do tradicional. Para se conceber a mentalidade da organização, os *tefepistas* acreditavam que o crescimento de movimentos esquerdistas dentro da Igreja se devia a uma infiltração comunista, que tinha como objetivo destruir de dentro a principal fortaleza que protegia a ordem e a civilização, a Igreja. No auge de sua atuação, essa organização consistia de 1500 membros, divididos em 38 cidades espalhados em 15 estados (MOTTA, 2002, p. 192).

Sua forma de ação era atos públicos, campanhas de abaixo-assinado, viagens de propagandas pelo interior do país e venda de suas publicações. O primeiro de seus atos políticos significativos veio em 1961, em uma campanha contra a reforma agrária; já no começo de 1964 atuaram contra setores esquerdistas da Igreja, como JUC e Ação Católica; em 1966 houve por parte da TFP um abaixo-assinado contra o estabelecimento do divórcio (contou com 1 milhão de assinaturas) e em 1968 outro abaixo-assinado, agora contra a infiltração comunista na Igreja Católica (1,6 milhões de assinaturas). A organização continuou dando atenção à temática comunista seja dentro da Igreja seja fora dela, como por exemplo, as denúncias contra o comunismo que estava se espalhando no sudeste asiático ou no Chile, com a vitória de Allende naquele país (MOTTA, 2002, p. 192).

É interessante notar como a TFP estava alinhada ao discurso conservador presente na década de 60 e como sua posição de combate explícito a grupos progressistas ia ao encontro das forças políticas que tomaram o poder. Observa-se um claro crescimento da organização a partir de 1964, com o seu auge se situando na fase mais repressiva do regime militar, entre 1968 e 1973. Poderia haver um vínculo entre o governo militar e a TFP, pois era claro a afinidade ideológica entre as duas organizações, principalmente a militância que atuava contra o comunismo. Alguns autores, como Márcio Moreira Alves e Charles Antoine, apontam para a existência de indícios de colaboração entre os órgãos de repressão do Estado e os militantes *tefepistas* (MOTTA, 2002, p. 194).

Assim, cada vez mais grupos saídos de meios católicos, seja da hierarquia da própria Igreja seja de organização leiga, se alinhavam discursivamente naquele período histórico. Os anseios conservadores da classe média, estimulados por complexos de propaganda como o

IPES/IBAD, se alinhavam com os objetivos das elites dominantes. A religião era um meio que foi trazido para afastar as ameaças da desordem e da anarquia. Se agarrando a instituições que acreditavam mais fortes do que o Estado, esses grupos buscaram salvar a democracia e a ordem se apoiando na Igreja e nos militares.

Essa articulação tão eficaz entre elite dominante e catolicismo, por meio do alto clero conservador, e até com a participação dos Estados Unidos foi o ambiente necessário para alcançar as ambições desses grupos. De um lado, com o apoio financeiro de empresários fortalecendo o IBAD para manipular a opinião pública, e de outro, cada vez mais católicos aderiam às ideias do padre Patrick Peyton e ao discurso anticomunista. A organização para a deposição do presidente crescia e as alas conservadoras, aliadas a um discurso religioso e moralista já estavam prontas para agir. Só era necessário o estopim.

No dia 13 de março de 1964, Jango realiza um comício em frente à estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro, discursando para trezentas mil pessoas, onde decreta a nacionalização das refinarias privadas de petróleo e desapropriações de algumas terras para a realização da reforma agrária. Prometeu a concretização de suas reformas de base e ainda incitou sargentos da marinha a se amotinarem nos quartéis. A partir daí se desenrolou uma crise no país, com a economia já abatida e com o cenário político conturbado suas propostas e discurso insuflados eram um prenúncio da implementação de uma ruptura do Estado democrático, de uma ditadura socialista, pelo menos na visão das alas conservadoras. Além disso, Goulart inseriu em seu discurso elementos religiosos e que seriam cruciais para a posterior reação a ele: “O cristianismo nunca foi o escudo para os privilégios condenados pelos Santos Padres. Nem os rosários podem ser erguidos como armas contra os que reclamam a disseminação da propriedade privada da terra, ainda em mãos de uns poucos afortunados” (CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 278).

Essa referência ao rosário aludia a um evento que ocorrera em fevereiro de 1964, quando mulheres ligadas a Liga da Mulher Democrata (LIMDE) de Belo Horizonte, impediram Brizola de discursar em um evento da Frente de Mobilização Popular (FMP), organização composta pela esquerda trabalhista que apoiava as reformas de base de Jango. Com o rosário na mão, essas mulheres invadiram o palco e começaram a rezar contra Brizola. Houve um grande tumulto e quando elas foram retiradas do palco, reagiram contra a polícia com sombrinhas e cadeiras (CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 280).

Esse episódio ocorrido em fevereiro e o discurso de Goulart no Comício do Rio de Janeiro em 13 de março provocaram os ânimos e levou a organização da “Marcha” pela União Cívica Feminina de São Paulo (UCF-SP), como um movimento de reação ao comício de Goulart, quando as tendências comunistas tinham ficado claras. A ideia da “Marcha”, segundo documentos da UCF-SP, partiu da freira Ana de Lurdes em conversa com o Deputado Federal Cunha Bueno e outros amigos que partilhavam da indignação com o discurso de Jango, que havia acontecido naquele mesmo dia (CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 282).

Em 19 de março, essa ala conservadora e católica agiu para derrubar o presidente. Foi organizada em São Paulo a Marcha da Família com Deus pela Liberdade que contava com um público de 300 a 500 mil pessoas. Em sua maioria estava presente a classe média, clero e sindicatos patronais. A primeira de 49 marchas foi organizada por grupos como a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), União Cívica Feminina (UCF), Fraterna Amizade Urbana e Rural, Sociedade Rural Brasileira, dentre outros. Foi recebido também o apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e do controverso Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) (CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 283). Contando com a liderança de Dona Leonor de Barros, esposa do governador de São Paulo, Adhemar de Barros, a mobilização ia da Praça da República à Praça da Sé. Contou com diversas figuras públicas que subiram ao palanque para discursar. Uma delas foi dona Amália Ruth Borges Schmith, que leu a “Oração a Anchieta”, composta por ela para a Marcha:

(...) Dai-nos a paz e a ordem, convertei os maus e os opressores – fazei que os justos e os dignos triunfem e não sejam arrebatados das nossas mãos os estandartes da fé e da pátria.

De joelhos, ó apóstolo do Novo Mundo, nós suplicamos à Mãe de Deus, que é Vossa Mãe e também nossa Rainha do Brasil, a Virgem Aparecida, para que guarde e proteja nossas liberdades e a família brasileira – não permitindo que esta nação e seu povo se transformem em nação mártir e num povo oprimido, com as nações e os povos escravizados do brutal e ateu comunismo.

(...) Eles infiltraram o nosso país, o nosso Governo, as nossas Forças Armadas e até as nossas Igrejas com servidores do totalitarismo exótico para nós e que tudo destrói... Mãe de Deus, defendei-nos contra a sorte e o sofrimento das mulheres martirizadas de Cuba, da Polônia, da Hungria e de outras nações escravizadas! (Diário da Noite, 20/03/1964 apud SESTINI, 2008, p.80).

Discursou também o deputado Cunha Bueno, que levantou aplausos da multidão com seu posicionamento contra o governo vigente:

Basta Senhor presidente da República! Basta às tentativas de comunizar o país, que respeita a Democracia e continua desejando respirar o clima de liberdade em que nascemos! Basta, de corrupção e de falta de patriotismo! Basta, Presidente João Goulart, pois a família brasileira começa a encher as ruas e as praças, numa palavra

de ordem contra o comunismo! (Marcha da Família com Deus pela Liberdade apud SESTINI, 2008, p.81).

Além disso muitos outros discursaram e expuseram seu ponto de vista, como líderes estudantis, religiosos, políticos e representantes de entidades civis que participaram da marcha. Nos discursos há alguns elementos que se repetem, como: a defesa da democracia, liberdades individuais, defesa da propriedade privada e da religião, ou seja, a visão de mundo daquela classe social que liderou o protesto (SESTINI, 2008).

Esses movimentos iniciados com a Marcha foram a expressão ideológica mais explícita do anticomunismo e do antipopulismo voltados à deposição do presidente. Eles pediram a intervenção para salvar as instituições e mais tarde serviu como legitimação do golpe realizado pelos militares. Na própria documentação da entidade, a UCF-SP, essas intenções apareceram claramente: “Na hora da verdade, as Forças Armadas brasileiras tiveram a afirmação que esperavam da opinião pública deste país” (SESTINI, 2008, p. 82). A partir da realização do evento do dia 19, as Forças Armadas perceberam que sua intervenção seria legitimada pela sociedade, ou ao menos por parte significativa desta.

Com a direção da UCF-SP a Marcha foi organizada em outros lugares do país. Dona Acyr Guisard, vice-presidente, e dona Maria Paulo Caetano da Silva, secretária da organização juntamente com o deputado Cunha Bueno foram os organizadores da disseminação da Marcha. Foram responsáveis por incorporar líderes religiosos ou políticos conhecidos para reunir lideranças femininas. Em Minas Gerais, o pastor Athos Vieira da igreja presbiteriana assumiu essa posição. Na Bahia e Paraná, por exemplo, as esposas dos governadores tiveram importância para a organização da Marcha em seus estados. No Rio de Janeiro a marcha foi organizada pela CAMDE. Realizada em 2 de abril, depois do golpe militar, a marcha se revestiu de caráter comemorativo, sendo chamada de “Marcha da Vitória”. Apoiava o recém-instalado governo “democrático” (PRESOT, 2004, p. 146).

Por parte das lideranças paulistas, fez-se um esforço para mostrar também que camponeses e trabalhadores tinham um posicionamento anticomunista. Houve em Santos uma tentativa por parte de sindicatos de trabalhadores de realizar a “Marcha dos Humildes e Necessitados pelas Reformas de Base”. Essa tentativa foi neutralizada por autoridades religiosas e políticas que se uniram a UCF-Santos e a “Marcha dos Humildes” não chegou a ocorrer. Já a “Marcha da Família” similar a de São Paulo ocorreu em 25 de março de 1964 (PRESOT, 2004, p. 155).

Essas manifestações eram em defesa dos valores tradicionais da sociedade brasileira: religiosidade, pátria e família. Uma das fundadoras do CAMDE, Amélia Molina Bastos, irmã do general Antônio de Mendonça Molina, que era ligado ao IPES, afirmou que a defesa da pátria contra o comunismo tinha um significado ainda maior: a defesa da Igreja e do catolicismo (POLLANAH, 1967, p. 161).

Nos documentos da UCF-SP era claro a defesa de certos ideais e desses valores tradicionais: “Queríamos alertar a opinião pública para a pressão que as famílias brasileiras estavam sofrendo e ao mesmo tempo revigorar princípios e ideais sempre defendidos no Brasil cristão e democrático.” (União Cívica Feminina de São Paulo, 1992, p. 3). Segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta: Organizaram-se para defender valores tradicionais, que acreditavam estar sendo ameaçados pelo avanço do comunismo. A participação das entidades femininas na campanha anticomunista provocou forte impacto, à medida que elas mobilizaram um grupo social numeroso e influente (MOTTA, 2002, p. 294).

Essa inserção de valores históricos ligados ao cristianismo e a pátria em um momento de debate público que envolveu um grande número de pessoas nas principais capitais do Brasil revela como o cristianismo tem uma forte imposição na vida política. Essa busca por instituições como a Igreja e os militares se deve ao fato de o país não ter confiança em suas próprias instituições políticas. O apoio da Igreja a um governo ditatorial com discurso nacionalista e populista não aconteceu apenas em 1964, mas na década de 30 com Vargas. O sentimento de lutar contra o comunismo em defesa dos valores cristãos também não nasceu na década de 60, mas já existia nos anos 30 quando ocorreu a Intentona comunista (MOTTA, 2002, p. 153).

Frente aos profundos golpes que a Igreja sofreu em sua influência desde a Revolução Francesa, ela se aliou, seja na Europa seja em outras partes do mundo, a governos ditatoriais de direita, em alguns casos governos fascistas, como no caso do fascismo de Mussolini na Itália. Em 1931, o próprio papa Pio XI declarou ter encontrado no fascismo italiano o paradigma da sociedade imaginada pela Igreja (MOTTA, 2002, p. 192).

No Brasil da década de 1930, essa influencia perdida da Igreja desde a proclamação da república, só viria ganhar força novamente com a aproximação com o governo Vargas. A Liga Eleitoral Católica (LEC) e a Ação Católica (AC), criadas por Dom Leme verão sua força no decorrer das próximas décadas. Exemplo disso é que nas eleições para a assembleia constituinte de maio de 1933, a LEC contou com vários eleitos que ela apoiou. No ano

seguinte, a constituição será promulgada atendendo ideais conservadores e cristãos, em nome de Deus e com ensino religioso nas escolas. Naquele momento o Estado foi a força que deu sustentação para a Igreja no Brasil (ALVES, 1979, p. 30).

Essa aliança entre Igreja e Estado que ocorreu em vários lugares no mundo, inclusive no Brasil, é possível quando esse Estado tem um caráter conservador e muitas vezes autoritário, em alguns casos com características fascistas. No Brasil essa aliança se refletiu de maneira explícita no dia 19 de março de 1964, quando forças políticas e religiosas da sociedade incitaram multidões em diferentes capitais do país a pedirem por uma intervenção, uma “salvação” para o estado de caos em que o país se encontrava. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi a mobilização de anseios conservadores que já estavam latentes na sociedade durante anos.

3. Igreja reage à ditadura

Com a implantação do novo regime, as forças militares tinham dois objetivos prementes: garantir a segurança, neutralizando focos de oposição, subversão e comunismo e retomar o crescimento econômico. Essa parte econômica trouxe muita insatisfação, concentração de renda e achatamento das classes de baixas rendas. De encontro a isso, é possível perceber o enfrentamento de certas parcelas religiosas em relação ao regime militar. Principalmente após o endurecimento do regime, em 1968, quando entrou em vigor o Ato Institucional Número Cinco (AI-5), houve por parte de religiosos mais progressistas denúncias e enfrentamento devido a atos de tortura, assassinatos e demais ações que vão contra os direitos humanos e os princípios democráticos de respeito à oposição política (CARDONHA, 2011).

Primeiramente, é necessário entender de onde vieram esses grupos religiosos contrários às ações da ditadura militar e como o discurso e a visão religiosa adentram na esfera política de uma maneira a denunciar, a ir contra o governo estabelecido e a proteger determinados valores ligados ao humanismo, à dignidade humana e até mesmo certas bandeiras tomadas por grupos à esquerda, como a denúncia da pobreza e das precárias condições de vida vividas por boa parte dos brasileiros (CARDONHA, 2011).

Desde o final da primeira metade do século XX, a Hierarquia da Igreja no Brasil vinha sofrendo mudanças que tinham a intenção de modernizar a Igreja, fazer retomar sua influência

por outros métodos. Mudanças essas que precederiam as discussões ocorridas no Concílio Vaticano II em 1963. Esse processo de amadurecimento do catolicismo no século XX visava a uma aproximação com as bases, com o laicato e conseqüentemente com as parcelas mais pobres do Brasil. Dessa forma se havia uma preocupação com essas parcelas sociais, foi natural certo engajamento para tirar as pessoas daquela situação e melhorar suas vidas de alguma forma (CARDONHA, 2011, p. 25).

Um desses grupos vindos do laicato foi a Ação Católica. Dela se desdobraram várias organizações como a JOC (Juventude Operária Católica), a JAC (Juventude Agrária Católica), a JEC (Juventude Estudantil Católica, para os estudantes secundaristas), a JUC (Juventude Universitária Católica, para os estudantes de terceiro grau) e a JIC (Juventude Independente Católica), esta última, reunia as mais diversas categorias que não se acomodavam nas demais (AMORIM, 2004, p. 8).

Na década de 50, esses grupos, principalmente a JUC e a JEC começaram a se afastar da doutrina conservadora da Igreja Católica. Outro acontecimento importante para as forças progressistas preocupadas com a questão social foi a criação da CNBB em 1952 sob a liderança do então bispo auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Helder Câmara. Esse sacerdote terá uma enorme importância na evolução do pensamento de esquerda dentro da Igreja. A CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, veio como tentativa de modernizar a Hierarquia da Igreja, dando voz a um discurso único e centralizado enquanto descentralizava as bases hierárquicas, dando autonomia aos bispos por todo o país (AMORIM, 2004, p. 9).

Essas mudanças não agradaram a parte conservadora do Clero, que no Brasil era representada por nomes como D. Jaime de Barros Câmara (Arcebispo do Rio de Janeiro, companheiro por 27 anos de D. Helder), D. Geraldo Sigaud (Arcebispo de Diamantina), D. João Eugênio Sales da Costa (Arcebispo de Belo Horizonte), D. Agnello Rossi (Arcebispo de Ribeirão Preto), D. Vicente Scherer (Arcebispo de Porto Alegre), entre outros. Eles viam como ameaça à sua influência e poder o pensamento protagonizado por Dom Helder. Era uma conduta vista como pernicioso, fora do padrão da doutrina tradicional da Igreja (CARDONHA, 2011, p. 66).

A JUC, finalmente em 1960, vai se afastar ainda mais da doutrina da Igreja, pois alguns membros optaram por um enfrentamento mais prático das questões que assolavam o país naquela época. Em um documento mostrado aos membros da JUC pelo estudante de

sociologia Herbet José de Souza (futuro Betinho), é abordado pontos fora do âmbito eclesiástico tradicional (AMORIM, 2004, p. 14).

Ele propunha nesse documento aos *jucistas* a participação em uma tripla construção libertadora: a luta contra o subdesenvolvimento, na qual a reforma agrária era um objeto tático imediato; a independência em relação ao campo de atração do capitalismo, com a tática imediata da luta contra a “política egoísta dos monopólios”; e a ruptura dos laços coloniais com as metrópoles desenvolvidas (AMORIM, 2004, p. 14).

Com a implantação da ditadura, membros da JUC serão perseguidos até o fim da organização, em 1966. Nesse ano seus membros mais radicais irão se refugiar no seio da Ação Popular (AP), que já se afastava da doutrina da Igreja e irá, em 1966, optar pelo marxismo-leninismo (AMORIM, 2004, p. 10).

A Ação Católica no Brasil, ao se voltar para questões sociais, será perseguida e desarticulada pela própria Hierarquia, esta que desconsiderava até as decisões do Concílio Vaticano II, pois este minava o poder e influência da tradicional alta cúpula da Igreja. Outro movimento da Ação Católica visto como prejudicial à hierarquia foi o MEB (Movimento da Educação de Base), movimento originário do SORPE (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco) e do SAR (Serviço de Assistência Rural), ligado à CNBB. Sua missão é "Contribuir para promoção humana integral e superação da desigualdade social por meio de programas de educação popular libertadora ao longo da vida." Essas instituições, criadas e dirigidas pela Igreja também tinham a intenção de formar sindicalistas que iriam compor os novos sindicatos que estavam se formando. O MEB, muito além da mera alfabetização, também realizava trabalhos sociais para conscientizar os camponeses nas possibilidades de mudança social. Temas como sindicalismo, cooperativismo e reforma agrária eram recorrentes nas ações que o MEB promovia naquela época (AMORIM, 2004, p. 16).

Não demorou muito para que o clero conservador visse com preocupação o aumento do número de sindicatos e o ativismo social protagonizado pelo MEB. Via com receio a possibilidade da disseminação do pensamento de esquerda nos sindicatos. Depois do golpe de 1964, a organização sofreu com a repressão política, além do desmantelamento da organização promovido pelo clero e pela sociedade civil. Isso ficou evidente em fevereiro de 1964, quando o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, mandou confiscar 3000 cartilhas do MEB com o argumento de que se tratava de material subversivo. A direção do movimento foi obrigada a prestar depoimentos na polícia para sua defesa. O episódio ganhou repercussão

nacional e expôs o movimento a toda sorte de ofensas e humilhações. O Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Jaime Câmara, não deu mostras de saber o que estava acontecendo e não se pronunciou. Dois meses depois do golpe, os membros do MEB também foram perseguidos e presos. Passada a fase repressiva, como o movimento ainda dispunha de recursos do Estado para mais um ano de atividades, os bispos conservadores resolveram assumir a sua direção (AMORIM, 2004, p. 17).

Houve também uma verdadeira campanha para enfraquecer Dom Helder Câmara, grande nome do clero que lutou por pautas sociais. Em outubro de 1964, quando a CNBB se reúne no Vaticano para escolher a nova diretoria, Dom Helder é destituído de seu cargo na Secretaria Geral e terá que responder a vários processos de calúnia e difamação ao longo daqueles anos sombrios. Mesmo em um cargo menos evidente na CNBB, na secretaria de Promoção Social, será uma voz importante na ala mais progressista e combativa dos religiosos naquele período. Denunciará ao redor do mundo os excessos, torturas e violações dos direitos humanos que estava acontecendo em seu país durante o regime militar. Para completar, é escolhido para presidente da organização o conservador bispo de Ribeirão Preto D. Agnelo Rossi, alinhado inteiramente dos interesses da “nova ordem” (AMORIM, 2004, p. 19).

É notório, portanto como as alas mais conservadoras do clero se aliaram pacificamente, pelo menos no primeiro momento, a nova ordem do regime militar. Além de um grupo seleta que ajudou a organizar o golpe, é necessário não se esquecer de uma parte substantiva do clero que viu passivamente os acontecimentos daquele período, por medo principalmente do comunismo.

Esse grupo seleta, em sua articulação com regime, via a oportunidade de realizar um feito incrível: barrar a ascensão da ideologia comunista no Brasil, ainda mais com a destituição de um governo visto como sindicalista, esquerdizante, que ameaçava a ordem social; enfraquecer a influência que a Santa Sé estava dando nos últimos anos à questão social, e que no seu ponto de vista estava desvirtuando a hierarquia da Igreja; e por fim reatar de maneira definitiva os laços entre Igreja e Estado. Mais do que um golpe contra a democracia vigente, esse grupo seleta foi responsável por dar um golpe em sua própria instituição, para barrar todos os avanços que a doutrina católica estava construindo desde o início do século (CARDONHA, 2011, p. 112).

A partir desse apoio e o estabelecimento da nova ordem social governada pelos militares a partir de 1964, ficou claro com o decorrer dos anos que aquele não seria um governo de transição, de curta duração. Os militares não passaram o poder para os civis, como estes esperavam. O que realmente ocorreu foi que o regime se tornou uma ditadura repressiva, que impunha a censura e eliminava focos de oposição através da tortura, prisões e assassinatos (CARDONHA, 2011).

Por outro lado a Igreja ampliava cada vez mais sua inserção junto às outras classes sociais, principalmente as classes populares. Seus membros, como bispos, arcebispos, padres, freiras, também foram vítimas e se transformaram em alvos de repressão policial. A partir daí, e principalmente após o endurecimento do regime com o AI 5, membros importantes da Igreja se posicionaram contra os excessos e violações dos direitos humanos que estavam ocorrendo, denunciando torturas e repressões violentas. Se posicionando mais criticamente contra o regime, a Igreja passou a dar voz aos outros grupos sociais quem eram vítimas dessa repressão policial (CARDONHA, 2011, p. 163).

Para se ter uma ideia do nível dessa repressão, apresentarei o decreto do ato institucional mais duro que o regime emitiu em 1968: o Ato Institucional Número Cinco (AI-5). A partir daí a resistência e a denúncia aumentou.

O AI 5 foi um dentre os dezessete grande decretos que o regime militar emitiu durante aquele período. Esses atos institucionais foram a principal forma de legislação, visto que o "Comando Supremo da Revolução", liderança do regime, impunha-os de maneira autoritária, desconsiderando a Constituição da Nação de 1967 e aplicando esses atos sem a possibilidade de revisão judicial (CARDONHA, 2011, p. 93).

Emitido pelo então presidente Artur da Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968, o AI 5 resultou em várias medidas autoritárias, como perda de mandato de parlamentares contrários aos militares, a possibilidade de intervenção do presidente em estados e municípios e a supressão de garantias constitucionais que facilitaram a implementação da tortura como instrumento do Estado. Foi emitido como justificativa para controlar grupos dissidentes e “subversivos”, tendo em vista a conturbada oposição que apareceu naquele período, como greves operárias e manifestações estudantis. O surgimento de movimentos de guerrilha urbana e rural no início da ditadura também justificou a implantação do AI 5. Assim os militares que queriam tornar o regime mais autoritário, os “linha dura”, passaram por cima da constituição

de 67 e implantaram os conhecidos “anos de chumbo” que duraram do governo Costa e Silva até o fim do governo Médici (CARDONHA, 2011, p. 95).

Nos anos seguintes que vigorou, o AI 5 permitiu que os militares perseguissem, torturassem e, muitas vezes, matassem milhares de pessoas. Isso gerou também o aumento de resistência de grupos de oposição e de luta armada (CARDONHA, 2011).

Entre os anos de 1970 e 1978, a Igreja irá fazer frente a esse cenário como a única instituição de oposição ao regime militar. Será adotada por ela a chamada missão profética. O cerne dessa missão é lutar contra a repressão e a injustiça social que afligia o povo. Independente da perseguição ou fracasso dessa missão, o importante era perseguir esses objetivos tão importantes e como um profeta imbuído por Deus lutar contra a ordem pré-estabelecida (CARDONHA, 2011, p. 294).

Essa missão se deu de forma prática com as chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Como a Igreja visava se afastar do Estado e como esse mesmo Estado excluía o povo, a Igreja viu nisso mais um motivo para se aproximar das bases. Visavam inserir cada vez mais o laicato na organização da Igreja. A missão profética, portanto, se daria junto a esse povo, com as CEBs, e a Igreja seria a “voz daqueles que não tem voz”. A instituição agora se unia a essa massa inarticulada, incapaz de reivindicar seus direitos por conta própria. Careciam de instrumentos para tal (AMORIM, 2004).

As CEBs reinventaram a estrutura eclesial, descentralizando sua organização para aumentar sua inserção popular e para tornar mais difícil os atos repressivos das milícias do governo. Com uma abordagem que incentivava a participação da comunidade, a organização apoiava-se na discussão de problemas reais e locais, que infligiam as pessoas, como o trabalho, escolas, transportes, etc. (AMORIM, 2004, p. 23).

No final da década de 70, o regime estava se abrindo. Presos políticos foram anistiados, houve a volta do pluripartidarismo e fim do bipartidarismo. Nessa situação muito se esperava da posição da Igreja uma inserção na política de maneira organizada, com um partido, visto que desempenhara ao longo da ditadura militar um papel tão fundamental em defesa de princípios como dignidade humana e justiça social. Porém isso não aconteceu, Igreja e Estado não se misturaram no caminho da redemocratização. A Igreja não iria adentrar em um papel que não se propusera (AMORIM, 2004, p. 25).

É interessante notar como a Igreja conseguiu ao longo dos piores anos do regime militar ser uma instituição sólida na defesa de direitos fundamentais junto às parcelas mais necessitadas da população. Nem por isso se aproveitaram da situação para alçar ao poder, souberam qual o seu papel na sociedade e viram que essa união entre religião e política pode trazer consequências nefastas. Por outro lado vale destacar que em vez de o clero se lançar à política para guiar as bases, eles criaram condições para essas classes populares se politizarem e criarem consciência de sua situação. Dessa forma, organizações vindas do seio da população iriam se representar no espaço político, para dessa forma reivindicarem e garantirem seus direitos.

Entre os nomes da Igreja que lutaram na defesa dos direitos humanos vale lembrar sempre Dom Helder Câmara, bispo de Olinda e Recife, e no Sudeste o nome do cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns. Ele foi responsável por criar em 1972 a Comissão Justiça e Paz de São Paulo (CJP-SP). Essa organização foi de enorme importância por seu trabalho humanitário. Prestava auxílio para vítimas de tortura e prisões e também divulgava publicamente as denúncias contra os crimes cometidos pelos órgãos de repressão da ditadura militar. Nos piores anos de repressão, era comum as vítimas de violações dos direitos humanos procurarem a sede da Igreja em São Paulo em busca de proteção (BARROS; OLIVEIRA, 2000, p. 206).

Vimos, portanto, que a Igreja em um primeiro momento apoiou os militares por razões ideológicas, para preservar uma hierarquia arcaica e para ganhar espaço e influência. Por outro lado, quando esse regime se mostrou autoritário e pernicioso, cada vez mais a Igreja se estabelecia como uma instituição crítica ao governo, que denunciava seus excessos e prestava auxílio às vítimas das repressões e das injustiças sociais. A imposição da visão religiosa no espaço político pode trazer malefícios e legitimar governos antidemocráticos. A separação de Igreja e Estado e a independência das instituições religiosas são vitais para o bom funcionamento das sociedades, pois em momentos de conturbação social e enfraquecimento das instituições, a Igreja pode ser uma voz firme na defesa dos direitos humanos, uma entre várias instituições que podem trazer para o espaço público a pluralidade de ideias e a defesa de direitos fundamentais.

Essas palavras de Dom Helder mostram a importância desse tipo de instituição em momentos sombrios como aqueles da ditadura militar:

Quis o Pai que a Igreja de seu Filho, no Brasil, tivesse a missão providencial de tentar dizer que a pseudo-ordem implantada era, na verdade, agravamento das estruturas de servidão.

Quis o Pai que a Igreja do seu Filho em nosso País compreendesse a impossibilidade de continuar sendo um dos principais esteios de uma ordem social, que mal encobre desigualdades gritantes e é muito mais uma desordem perigosa e comprometedora.

Foi a Graça Divina que permitiu á Igreja de Cristo a coragem que o Evangelho inspira, de denunciar a injustiça e a opressão. A miséria e a fome, com gritantes pecados sociais.

Não faltou quem nos acusasse de fugir á nossa missão para fazer política, quando a Igreja tentava apenas cumprir missão do bem comum, dever evangélico de lutar, sem ódio, sem violência, mas com decisão e firmeza, por um mundo mais justo e mais humano.

Não faltou quem acusasse a Igreja de subversiva e comunista... E toda a nossa subversão era mostrar, com a fé que a Graça Divina nos concede, que, nas calçadas das grandes cidades, nas ruas dos grandes centros, Jesus Cristo, em pessoa, catava restos de comida, no lixo, para comer; dormia e dorme ao relento, debaixo das pontes e viadutos; era preso, e perseguido por ser pobre.

Deus concedeu que a Igreja de Cristo, no Brasil, tivesse a coragem dos cristãos do início da era cristã, de testemunhar o Evangelho, á custa da própria liberdade e até da própria vida. Houve perseguições, sequestros e torturas, especialmente de trabalhadores e estudantes – homens e mulheres -, sobretudo líderes sindicais e leigos comprometidos com o Evangelho (BARROS; OLIVEIRA, 2000, p. 340).

CAPÍTULO II

1. Perfil social e político dos evangélicos

No período do golpe militar de 1964 e ao longo da ditadura, a Igreja católica assumiu um papel importante para a preservação do conservadorismo e esses valores foram fundamentais para a concretização do movimento político liderado pelos militares. Com esses valores, os cristãos impuseram no espaço público a sua visão de mundo. Após o endurecimento do regime, principalmente depois de 1968 com a imposição do AI 5, setores católicos mais progressistas, ligados a movimentos de base, tomaram uma posição contrária ao regime militar devido a repressões e atos autoritários. Com a redemocratização do país na década de 1980, surgiu no espaço político a representação de um grupo que estava crescendo muito no Brasil, os evangélicos, denominação dos protestantes de cunho pentecostal. Se os católicos ao longo dos anos adotaram uma postura mais progressista, com movimentos de base, participou da criação de um partido de esquerda, o PT; os evangélicos, por sua vez, adotaram um discurso voltado para a defesa do conservadorismo, indo muitas vezes contra a laicidade do Estado, contra princípios democráticos e sufocando reivindicações de setores mais progressistas da sociedade. Apesar disso, não quero afirmar que os católicos não são conservadores, mas que atualmente, os evangélicos assumiram o protagonismo na defesa dos valores conservadores, sendo que entre os católicos, podemos encontrar uma postura menos conservadora e menos agressiva na defesa de suas pautas no espaço político.

A religião sempre foi determinante na política, e no Brasil dos últimos anos esse fenômeno se revestiu de características peculiares. Nos anos 80 e 90 foi observado um grande aumento da população que se considera evangélica, um ramo do protestantismo. De acordo com o censo do IBGE de 2010, 86,8% da população brasileira se declara cristã. 64,6% são católicos e 22,2% são evangélicos (AZEVEDO, 2017). Isso se reflete também na representatividade desse grupo no espaço político. Apesar de os católicos ainda serem maioria no Brasil, tomarei como foco os evangélicos como partícipes da política, esclarecendo os principais nomes, sua atuação no espaço público, suas intenções no parlamento e demais instituições e as críticas que podem ser feitas a esse grupo. Essas críticas dizem respeito ao não respeito em relação à laicidade do Estado e ao retrocesso e impedimento de legislações de temas sociais e direitos de minorias.

Primeiramente é necessário traçar o perfil desse importante segmento social que cresce tanto no país. Não pode ser considerado como um grupo homogêneo. Entre as denominações protestantes históricas temos os batistas (3,7 milhões), presbiterianos (1,5 milhão), luteranos (1 milhão), metodistas (340 mil), e os adventistas (1,5 milhão). Já os pentecostais e neopentecostais são os que mais cresceram nos últimos anos. Os grupos com o maior número de fiéis são a Assembleia de Deus (12,3 milhões), a Congregação Cristã no Brasil (2,3 milhões), a Igreja Universal do Reino de Deus (1,8 milhão) e a Igreja do Evangelho Quadrangular (1,8 milhão) (BOHN, 2004, p. 233).

Vários fatores sugerem as causas para o crescimento dessa parcela religiosa da população. Com a separação de Estado e Igreja no início da República, houve a introdução maior do protestantismo no país. A vinda da modernidade, a urbanização, a difusão dos meios de comunicação ao longo do século passado trouxeram para a sociedade novas formas de pensar, novas religiosidades, novas ideologias. A estrutura engessada e conservadora da Igreja católica também foi um dos fatores do aumento da população evangélica. As formas de culto dos evangélicos já são mais flexíveis, mais diretas, com doutrinas e práticas que se adaptam melhor a uma nova realidade, mais pluralizada e dinâmica. Essa nova realidade é fruto das sociedades ocidentais que estão mais fragmentadas socialmente, com diversos grupos sociais demandando questões específicas e isso acarreta também o aparecimento de agentes e grupos religiosos que buscam atender essas demandas específicas. Isso ajuda a proliferar as igrejas evangélicas pelo país e assim ela chega aonde a Igreja católica não chegava (MAIA, 2006, p. 99).

Com a consolidação de um Estado moderno secularizado com a constituição de 1988, houve uma maior proliferação de novas formas de religiosidade e como em um mercado, competem entre si na busca de novos adeptos. As que mais se adaptam às novas condições da sociedade moderna saem ganhando. É possível perceber que essa lógica de mercado orientou as ações de vários grupos religiosos, principalmente certas denominações pentecostais. Para isso, muitas organizações religiosas, além de reforçar seu proselitismo, estimulando o ativismo do clero e a militância dos leigos, procuram, como forma de atrair clientela e recrutar novos adeptos, criar novos “nichos de mercado”, em que as demandas específicas do adepto podem ser satisfeitas das mais variadas formas. Há, por exemplo, entre as igrejas denominadas neopentecostais uma ênfase na prosperidade, na contemporaneidade, na utilização de meios de comunicação de massa, no envolvimento político. Os templos luxuosos e aumento na quantidade de membros profissionalmente bem sucedidos também são

características próprias dessas igrejas, sendo a principal representante dessa denominação a Igreja Universal do Reino de Deus. (MARIANO, 2003, p. 114).

Um importante fator que ajuda a entender esse fenômeno é a presença em algumas igrejas pentecostais e neopentecostais de experiências religiosas mais voltadas para o individualismo, onde se vê uma ênfase no autoconhecimento, no empreendedorismo, na autoajuda. Percebe-se nisso a diferença com a igreja católica, que dá ênfase no contato entre os fiéis e a igreja local. Os evangélicos não tem essa lealdade tão arraigada com a comunidade. O contato se dá por via direta com o pastor, de maneira a ressaltar princípios que importam na vida de cada um dos fiéis. A teologia da prosperidade, adotada por algumas denominações, é um dos exemplos dessa forma mais flexível e individualizada de religiosidade. Baseada em interpretações não tradicionais da Bíblia, a teologia da prosperidade é uma doutrina cristã que defende que a benção financeira é um desejo de Deus para os cristãos, e que Ele garantirá segurança e prosperidade ao fiel se este tiver fé em Deus. No Brasil, a sexta maior igreja cristã, Universal do Reino de Deus, professa essa doutrina. Outros exemplos de igrejas seguidoras da doutrina são a Renascer em Cristo, além da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, cujo líder, Silas Malafaia, passou de crítico a defensor da teologia (LEMOS, 2017).

Além desse crescente aumento demográfico, os evangélicos parecem ser o segmento religioso mais organizado para entrar no espaço político e fazer valer seus interesses. Se em 1986, o parlamento contava com 30 deputados federais evangélicos, em 2016 esse número foi para 90 parlamentares, 87 deputados federais e 3 senadores. Isso demonstra o crescimento desse segmento social e sua organização eficiente, mais dinâmica e influente. Algumas condições estruturais e contextuais precisam ser consideradas para entender essa entrada tão massiva dos evangélicos no espaço político brasileiro (MACHADO, 2018, p. 144).

Primeiramente, com a secularização do Estado, o estabelecimento de uma democracia, há um espaço aberto para a presença da representação política de variados grupos sociais e variadas religiões. Se não há uma religião oficial do Estado, outras formas de religião não são deslegitimadas nos espaços de poder.

Outro fator é que normalmente a via de conexão entre sociedade e Estado é estabelecida pelos partidos políticos. No Brasil, com a baixa institucionalização dos partidos, eles perdem sua força de legitimidade e essa conexão pode ser estabelecida pelas Igrejas. A institucionalização de um partido diz respeito ao grau de identificação do eleitor com ele, diz

respeito ao grau de estabilidade nas competições intrapartidárias, se o partido tem raízes na sociedade e se a legenda tem independência e faz diferença no parlamento (MAIA, 2006, p. 94).

Com essa baixa institucionalização partidária e a falta de identificação do eleitor, este vê as Igrejas como uma saída para eleger representantes alinhados com seus interesses, crenças, etc. A procura da sociedade por formas de organização e reivindicação de suas demandas faz com que a mediação entre sociedade e estado, que deveria ser realizadas pelos partidos, fique nas mãos das igrejas (MAIA, 2006, p. 100).

Ocorre também que em diversos segmentos sociais, principalmente os mais pobres, a Igreja adentra onde o Estado tem uma fraca presença. Muitas vezes essas Igrejas realizam trabalhos comunitários e promovem ganhos reais para essa parcela mais marginalizada da população que o Estado não é capaz de oferecer (MAIA, 2006, p. 102).

Tendo essas questões em vista, é fácil entender como a representação dessas Igrejas evangélicas cresceu tanto nos espaços de poder. Elas se inseriram e ganharam o apoio e identificação de parcelas sociais mais marginalizadas, as quais o Estado não oferece uma presença satisfatória. Com uma presença marcante das Igrejas evangélicas na vida social de boa parte da população e com a identificação que os fieis têm com sua comunidade religiosa e com seus líderes, a transformação dessa inserção social na arrecadação de votos não é algo difícil de imaginar.

A influência entre liderança religiosa evangélica e adeptos/eleitores se dá pela presença das igrejas em áreas marginalizadas, o fornecimento de atividades comunitárias, ganhos para a população. Também há entre os evangélicos um grau maior de exposição à autoridade religiosa, se comparado aos católicos, kardecistas e religiões afro-brasileiras. Essa alta exposição dos evangélicos em cultos reforça o discurso das lideranças que apontam aquele determinado candidato como a melhor escolha para os eleitores e fiéis. Esses discursos que condicionam os votos são muitas vezes revestidos também de aspectos religiosos, como a “demonização” do espaço político e da corrupção nele inserido. Assim há a legitimação para o evangélico entrar nesse espaço para realizar uma “limpeza espiritual”. Há também a valorização nesses discursos da ética evangélica e a defesa de valores conservadores e tradicionais (MAIA, 2006, p. 106).

Essa inserção dos evangélicos na política brasileira se dá em muitos níveis, tendo em vista o tamanho dessa crescente população no país. A representação de evangélicos tem presença não só no Executivo e no Legislativo de diversos estados e municípios, mas está também presente na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o que demonstra a força desse grupo na atual conjuntura política até no âmbito federal.

Grande símbolo dessa representação no parlamento é a Frente Parlamentar Evangélica, ou simplesmente bancada evangélica, que em 2016 contava com 90 parlamentares, 87 deputados federais e 3 senadores. É uma frente parlamentar que foi instituída em 2003, vista como necessária pelos seus integrantes para ampliar sua esfera de atuação para além das igrejas, levando sua influência para a sociedade. Apesar de não ser homogênea e ser pluripartidária, essa frente se articula conjuntamente contra pautas de direitos de minorias, como direitos civis de homossexuais, criminalização da homofobia, assim como projetos referentes ao aborto, como descriminalização deste. Defendendo uma moralidade cristã tradicionalista, esse frente no parlamento representa uma importante força na defesa do conservadorismo religioso e político (TREVISAN, 2013, p. 32).

Em 2013, os líderes dessa bancada foram considerados João Campos de Araújo (PRB-GO), Anthony Garotinho (PR-RJ), Eduardo Cunha (PMDB-RJ), Lincoln Portela (PR-MG) e o senador Magno Malta (PR-ES). Em 2016 na Frente Parlamentar Evangélica (FPE), o PRB ficou consolidado como o maior partido. Houve aumento na composição com partidos como DEM, PMDB e PSD. Já PSC e SD perderam espaço na bancada. Essas mudanças reafirmam a tendência conservadora da bancada, visto que houve redução drástica daqueles filiados a partidos considerados de esquerda (PRANDI; SANTOS, 2017, p. 193).

As igrejas mais fortes na bancada evangélica são a Assembleia de Deus, ficando dominante com 26 parlamentares, Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e a Igreja Batista contam com 11 e 12 parlamentares respectivamente. No restante temos o presbiterianismo com 9 representantes, uma parcela da igreja histórica entre os protestantes, e os demais parlamentares se encontram distribuídos em 22 denominações diferentes (PRANDI; SANTOS, 2017, p. 195).

Essa força política no parlamento brasileiro muitas vezes parece representar uma ameaça, visto que pelos projetos apresentados e como vota, apresentem uma tendência a restringir, conter e fazer retroceder certos direitos garantidos na promulgação da Constituição de 1988. Esse movimento de retrocesso, que tem sido denominado de “onda conservadora”,

se apresenta não só no parlamento, mas em mobilizações políticas de igrejas evangélicas que apoiam esses parlamentares e que envolvem os fiéis em manifestações de cunho conservador religioso, como Marchas para Jesus assim como marchas com temas específicos, como manifestações contra projetos que entendem nocivos para a sociedade, como o PLC 122/2006 (criminalização da homofobia) e a aprovação da união civil homossexual pelo judiciário (TREVISAN, 2013, p. 45).

2. Conservadorismo e ameaça ao Estado laico

Essa onda conservadora que vem sendo observada nos últimos anos não abrange apenas os evangélicos, abarca diversas pautas e segmentos que se alinham ao conservadorismo moral, religioso e político que existe na sociedade brasileira. Além disso, é necessário ter em conta que nem todos os evangélicos são conservadores, porém dentro do âmbito das religiões no Brasil, os evangélicos, principalmente os pentecostais, com uma parcela significativa, vêm assumindo um protagonismo forte no conservadorismo religioso seja dentro ou fora do espaço político. Há lideranças religiosas com discursos conservadores e muitas vezes intolerantes que vão ao encontro de minar e retroceder certos direitos de minorias, imbuídos de conteúdo religioso, o que levanta a questão de até que ponto essas pautas conservadoras podem entrar na legislação de um Estado laico (BURITY, 2018).

Veremos como a religião evangélica se insere nessa atual conjuntura política-religiosa em que as pautas conservadoras ganharam força e visibilidade, suas ações e principais intenções. Existem algumas pautas dessa onda conservadora nesse cenário, que apesar de não serem inteiramente homogêneas e entrarem em contradição em alguns pontos, têm opositores comuns.

Essas pautas conservadoras perpassam a reivindicação de uma economia mais liberal, que valoriza o empreendedorismo e a meritocracia, o esforço individual e o mérito próprio e se opõe a políticas públicas de transferência de renda, como o Bolsa Família do governo Lula e Dilma, pois é percebida como uma forma de clientelismo político e incentivo a acomodação dos pobres para o trabalho. O discurso que defende esse tipo de pauta pede menos Estado na distribuição de renda e mais incentivo ao empreendimento individual (ALMEIDA, 2018, p. 178).

Por sua vez, esse mérito do esforço próprio e o empreendimento individual são valorizados religiosamente. A Teologia da Prosperidade neopentecostal é uma ética econômica que incentiva muito essa lógica. Diferentemente das CEBs e Ação Católica que vê na pobreza um problema estrutural, os evangélicos tendem a olhar a pobreza como resolvida pelo mérito individual. Se no plano individual temos essa visão, no âmbito da política institucional muitos políticos evangélicos militam em favor de uma agenda liberal. Nas eleições de 2014, o candidato Pastor Everaldo defendeu menor presença do Estado na economia e mais regulação do Estado na moralidade pública. O presidente da Câmara dos Deputados na época, Eduardo Cunha protagonizou a aprovação, em primeira instância, do Projeto das Terceirizações, que contou com o apoio da Frente Parlamentar Evangélica. Esse mesma Frente prestou auxílio para a bancada do agronegócio e da mineração na CPI da Funai-Incra, em oposição aos que militam em favor dos direitos dos indígenas e de suas terras (ALMEIDA, 2018, pp. 180-181)

A segunda pauta recorrente entre os conservadores é a disputa pela moralidade pública. As religiões cristãs apresentam uma visão dogmática de assuntos como família, reprodução da vida, comportamento, etc. Todavia, nos últimos tempos, os protagonistas mais visíveis na defesa do conservadorismo moral religioso tem sido os evangélicos pentecostais. Só mais recentemente, eles têm sido mais ativos na elaboração e apresentação de pautas de ordem moral no Poder Legislativo. Elas abrangem a tentativa de maior regulação dos comportamentos (sexuais e reprodutivos), dos corpos (transgênero e pesquisas genéticas), e dos vínculos primários (casamento e adoção *gays*). Entre os projetos desse viés podemos citar o Estatuto do Nascituro, que pretende estender os direitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ao feto, para primeiramente conceder-lhe o direito a vida. Outro projeto, o Estatuto da Família, que a define como constituído somente pela união de homem com uma mulher. Por fim, há o projeto apelidado de “projeto de cura *gay*”, que trata a homossexualidade como passível de tratamento e cura, suspendendo a resolução do Conselho Federal de Psicologia de 1999. Essas propostas apresentam resultado nas eleições proporcionais, demonstrando que uma boa parcela do eleitorado anseia por essa regulação moral proporcionada juridicamente. Portanto, a disputa pela moralidade pública não é só uma preservação da moralidade dos evangélicos ou cristãos no geral, mas é uma imposição da moral deles na legislação que abarca todo o país. Contrariando assim preceitos básicos de laicidade, liberdade religiosa e democracia (ALMEIDA, 2018, p. 182)

A terceira linha de pautas do conservadorismo brasileiro se refere a demandas, ações governamentais e discursos políticos que apontam para uma postura mais repressiva e punitiva dos órgãos de segurança do Estado. Alguns exemplos desse tipo de pauta são: a redução da maioria penal, a lei do desarmamento, a lei antiterror, a política de encarceramento, a militarização de parcela da gestão pública, etc. Temas como esses tendem a encontrar forte apoio popular, visto a insegurança pública que acomete a população e o sentimento de impunidade para infratores da lei. De outro lado, essas medidas podem recorrer no aumento da violência do Estado sobre a população mais marginalizada, apartada do universo de direitos (ALMEIDA, 2018, p. 187).

Nesse tipo de demanda, os evangélicos no parlamento não apresentam uma atuação tão expressiva quanto em relação à moralidade. Sua teologia não justifica ser a favor da redução da maioria penal, por exemplo, mas também não apresenta motivos para ser contra. Assim ainda servem como apoio para interesses ligados a aparelhos de segurança pública e empresas privadas de segurança. Cerca de um terço da bancada evangélica, junto com um nome importante dela como Marco Feliciano, votaram a favor da redução da maioria penal (ALMEIDA, 2018, p. 188).

Por fim, a quarta pauta ou característica da onda conservadora atual é o forte antagonismo que se revela contra grupos minoritários da sociedade e aqueles ligados ao espectro político da esquerda, assim como os que se denominam como petistas. Fobia e ódio foram recorrentes e se ligaram em alguma medida com discursos e posições religiosas. Exemplo disso é a posição que boa parte dos pentecostais tem em relação à homossexualidade, que é considerada “degeneração moral”. A frase cristã que diz “Amar o homossexual, mas ter repulsa ao homossexualismo” ilustra bem esse antagonismo e tentativa de controle da moral pública. Na visão deles, nunca poderia ser admitida a união afetiva entre pessoas do mesmo sexo no âmbito legal, por não condizer com suas convicções religiosas. Há casos também de intolerância religiosa e política, como o caso que causou repercussão pública quando uma pedra foi atirada em uma garota praticante de uma religião afro-brasileira supostamente por evangélicos (ZAREMBA, 2015); atos de cunho mais político também aconteceram, como o linchamento contra o líder do MST, João Stédile, perseguido e agredido verbalmente por um grupo de manifestantes em uma saída de aeroporto (BRITTO, 2015). Esses atos revelam um comportamento pouco aberto a diferenças e muito centrado nos próprios valores evangélicos como medida para a vida pública. Em alguns casos essa intolerância resulta em agressões simbólicas e concretas (ALMEIDA, 2018, pp. 189-190).

Apesar de caracterizar um importante grupo social no país, esses valores evangélicos podem ferir a laicidade do Estado brasileiro e a democracia. Isso ocorre quando pautas e projetos se valem não da soberania popular, mas de um fundamento religioso para ter legitimidade. Além disso, é um risco para a democracia que essas pautas tentem se tornar hegemônicas, como se os evangélicos supusessem que todos compartilham esses valores religiosos. Isso é contrário ao fundamento democrático de pluralidade de ideias e respeito às diferenças. Em resumo, essas pautas são: a criminalização do aborto, a intolerância em relação à pautas feministas e LGBTs, a intolerância à conquista dos direitos homossexuais, a busca pela legitimação de um núcleo familiar único que seja composto por homem, mulher e filhos, o combate à reprodução assistida por meio da ciência, a demanda por isenção fiscal de 27 templos religiosos, a implantação de um sistema de educação religiosa nas escolas, a introdução de símbolos religiosos em partições públicas e nas cédulas de dinheiro e moedas, entre outros (MARIANO, 2011, pp. 243-244).

Outra questão que fere a laicidade do Estado e a democracia é o fundamentalismo, que é a interpretação literal da bíblia e uma reação a tudo que é moderno e contrário aos preceitos do texto sagrado. O fundamentalismo, surgido primeiramente no começo do século XX no sul dos Estados Unidos, hoje ainda faz parte das ações de muitos religiosos. É perigoso, pois ameaça ganhos da modernidade, dos princípios liberais e democráticos, pois esse preceito do fundamentalismo só pode afirmar uma única verdade universal, não abrindo espaço para a discussão e a busca de uma verdade argumentada. Vários cidadãos, principalmente grupos feministas (ÁVILA, 2006, p. 19) e progressistas afirmam não haver laicidade no Brasil, pois parlamentares evangélicos se utilizam do fundamentalismo religioso para legislar. Esses parlamentares religiosos são contra direitos de homossexuais e das mulheres ao aborto, por exemplo, por fazer uma interpretação literal da bíblia, não aceitando uma abertura para discussão visto que a verdade já está dada em seu texto sagrado. Em uma democracia essa base unicamente religiosa de verdade absoluta não pode existir, uma vez que a democracia é o regime político da discussão, da pluralidade de ideias e da soberania popular como base para o poder (PIERUCCI, 2006, p. 8).

Além desse poder crescente no parlamento viabilizar recursos e acesso a meios de comunicação para parlamentares evangélicos e conservadores, viu-se nesta década uma onda de protestos, principalmente em 2013, 2015 e 2016, nos quais foram observados a reorganização e fortalecimento das direitas e do discurso conservador, algo que não acontecia desse maneira há bastante tempo. Essas manifestações tiveram uma grande variedade de

demandas e heterogeneidade de grupos sociais em um momento de insatisfação com o governo, com o escândalo de corrupção investigado na operação Lava-Jato e com a crise econômica despontada em 2014. Porém foi observado como os protestos situados à direita cresceram e tomaram forma durante esse período. É necessário compreender que mesmo a direita se divide em grupos heterogêneos. Há a direita neoliberal, a direita conservadora, a direita das classes populares, a direita da elite empresarial paulista, entre outras. Elas se distanciam em certos pontos programáticos, mas também coordenam sua ação por interesses mútuos (BUCCI, 2016).

Utilizando como recorte temporal o período entre 2011 e 2016, foram observados que 143 protestos podem ser considerados de direita, pelas organizações que os convocaram, suas demandas proferidas em palavras de ordem, seus apoios e confrontos. Esses movimentos estiveram mais concentrados em 2015 e 2016, no auge do processo do *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff (TATAGIBA, 2018, p. 98).

70% desses protestos tiveram como demanda o combate à corrupção, o *impeachment* de Dilma Rousseff, manifestações contra o PT e suas principais lideranças, especialmente o presidente Lula. O antipetismo foi uma característica predominante desses protestos. Ao lado desse ponto central, alguns temas marginais chamaram a atenção; gravitaram em torno da defesa dos valores tradicionais e da família e da defesa da ditadura e do desagravo aos generais mencionados pela Comissão da Verdade. Essas duas demandas marginais desses protestos situados à direita encerram em si uma característica em comum: a defesa de um fortalecimento da autoridade do Estado, por meio de uma moral pública mais rígida pautada em valores religiosos e conservadores e por meio de um fortalecimento da ordem com medidas mais repressivas dos aparelhos governamentais e até mesmo com o retorno da ditadura (TATAGIBA, 2018, p. 102).

Nesse período, o movimento neopentecostal também se mostrou ativo em sua principal estratégia de mobilização e se insere com centralidade nessas demandas de fortalecimento da moral pública e na defesa da família. Seu meio de mobilização que cabe destacar foi a Marcha para Jesus, que acontece na cidade de São Paulo desde 1993. Em 23 de junho de 2011 a Marcha para Jesus teve a presença de um milhão de participantes, segundo a PM, em protesto contra a decisão do STF que reconheceu a união estável entre casais homossexuais e permitiu manifestações em defesa da liberalização da maconha. Já em 2013 a Marcha atraiu 500 mil pessoas para as ruas, segundo a PM, sendo que ela voltou a mostrar sua

posição contrária aos direitos dos homossexuais, com um ato de desagravo ao pastor e deputado federal Marcos Feliciano (PSC-SP), então presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal. O ato ainda contou com figuras públicas de expressão nacional, como o então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e do ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto de Carvalho, que em nome da presidente Dilma Rousseff, saudava a liberdade religiosa no Brasil (TATAGIBA, 2018, p. 109).

Em 2014, com um público estimado pela PM de 250 mil manifestantes, a Marcha para Jesus tinha como tema “Conquistando para Cristo” e como objetivo afirmar o valor do patriotismo. Os manifestantes usavam camisa verde-amarela, se assemelhando esteticamente aos protestos pelo *impeachment* dos anos seguintes. Em 4 de junho de 2015 na cidade de São Paulo, no auge da campanha pelo *impeachment*, 340 mil participantes, segundo a PM, pedem “faxina ética” e “fim da corrupção”. Nesses anos de 2014 e 2015 esse movimento neopentecostal tem um caráter mais politizado, tendo como tema a luta contra a corrupção e se encaixando no espírito geral do antipetismo que demandava o *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff. Porém, ao longo de todo o período seus temas remetem de maneira prioritária para a defesa da família (TATAGIBA, 2018, pp. 108-109).

Em junho de 2013, católicos e evangélicos se uniram nas ruas em defesa do Estatuto do Nascituro em discussão na Câmara dos Deputados. Esse projeto dificultava a realização de abortos legais e criava uma bolsa para as mulheres que decidissem seguir com a gravidez em caso de estupro. No dia 4 de junho de 2013, a Igreja Católica levou seis mil participantes, segundo a PM, na Marcha Nacional pela Vida em Brasília, na qual se lia a faixa “Brasil sem aborto”. Um dia depois, os evangélicos lideraram um público estimado em 40 mil pessoas, segundo a PM, contra o aborto e o casamento *gay*. Pouco antes do protesto, o Estatuto do Nascituro era aprovado em comissão na Câmara dos Deputados (TATAGIBA, 2018, p. 109).

Nos protestos que defendem a ordem e a autoridade repressiva do Estado, houve protestos com temas como a defesa da ditadura e seus agentes, pela redução da maioria penal, contra a descriminalização das drogas e contra greves e ocupações de escola. Os movimentos em defesa da ditadura foram marginais e geraram grande controvérsia, mesmo entre os organizadores dos protestos à direita. Surgiram no contexto da instalação da Comissão Nacional da Verdade em 16/5/2012. Não contou com muitos participantes e foram concentrados em São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro, que abrigou o maior número de atos. Houve ainda um evento de grande força simbólica, a II Marcha da Família com Deus pela

Liberdade, realizada no dia 22/3/2014, que teve como intuito celebrar os 50 anos do golpe militar e contou com a presença de 700 pessoas, segundo a PM, em São Paulo e 150 pessoas no Rio de Janeiro (TATAGIBA, 2018, p. 110).

A defesa da ditadura, como foi dito, foi um tema muito controverso. Em todas as pesquisas realizadas junto aos participantes dos protestos à direita, foi majoritária a opinião de que a democracia é a melhor forma de governo. A defesa da ditadura vem ao lado de demandas que pedem um fortalecimento da ordem e de um Estado capaz de manter segurança por meio de mais repressão. A ação de militantes do MBL (Movimento Brasil Livre) contra a ocupação estudantil em escolas e universidades, a campanha pela redução da maioridade penal e pela criminalização das drogas são evidências dessa direção. Não é apenas a defesa de um retorno a ditadura, mas o que parece mover esses participantes desses protestos é a defesa de uma democracia controlada, com mais ordem e ampliação da capacidade repressiva do Estado (TATAGIBA, 2018, p. 111).

É interessante notar como esses protestos e suas demandas guardam semelhanças com outro período conturbado de nossa história, os antecedentes do golpe militar de 1964. Nos dois períodos é possível perceber o descrédito e a insatisfação com governos e lideranças políticas situados no espectro da esquerda. Além disso, há nos dois períodos uma defesa do fortalecimento da ordem e de um retorno ao conservadorismo, ainda que atualmente o anseio de uma mudança para um regime político autoritário seja marginal. Nesses casos, todavia, a combinação de religião e política e mais ainda, o desejo de implantação de um governo mais repressivo e autoritário é um alerta para as ameaças que surgem contra os princípios democráticos e a laicidade do Estado.

Esse ressurgimento de um mesmo anseio político visto em anos passados revela algumas características da política e sociedade brasileira: primeiramente, o Estado não conseguiu desenvolver de maneira mais concreta a satisfação de seus cidadãos. Houve e há crises seja na eficiência de políticas públicas seja na economia como um todo que prejudica a vida da sociedade. As crises antes de 1964 e a atual também revelam que o Brasil não tem uma cultura política inteiramente democrática. Sempre houve em nossa história golpes e anseios populares por um Estado mais repressivo e autoritário com o intuito de “salvar o país”.

Além disso, nossa política está desde seus primórdios ligada com a religião. Mesmo atualmente, após a redemocratização e a implantação de um Estado laico, não houve uma

verdadeira secularização da sociedade e das instituições. Dessa forma, o discurso religioso acaba servindo como base para pautas dentro e fora do espaço político. O que realmente ocorreu no final do século XX foi o início de uma troca de posições das vertentes cristãs. A igreja católica perdeu força frente aos evangélicos pentecostais. Os evangélicos, após a redemocratização, conseguiram de maneira eficiente dominar espaços que os católicos não tinham a intenção ou o poder de dominar. Estes espaços passam pelo parlamento, prefeituras, mídias como rádio ou televisão e nas igrejas espalhadas pelo país, onde há um trabalho comunitário de relevância com as populações de baixa renda.

Tendo em vista essas questões que perpassam a análise do perfil religioso e conservador em nosso país, atualmente, principalmente após 2013, é possível perceber o surgimento de uma onda conservadora no Brasil que, em certa medida, apresenta ameaças para a democracia estabelecida com a constituição de 1988. Essa crise iniciada em 2013 perpassa muitas questões: a insatisfação com as instituições no geral, a insatisfação com a então presidente Dilma Rousseff, o PT, o descontentamento com os escândalos de corrupção e com a economia e algumas outras demandas mais difusas. Tendo em vista essa insatisfação de grande parte da população, a direita conservadora acabou assumindo o lugar de alternativa. Retorno ao conservadorismo, demanda por uma agenda mais liberal, demanda por mais ordem e repressão e o protagonismo dos evangélicos são alguns elementos que podem ser observados nos últimos anos. Esses fatores não trazem em si necessariamente uma ameaça antidemocrática. Faz parte da pluralidade das democracias esses grupos se mostrarem e participarem do espaço político assim como também faz parte um poder alternativo conquistar o poder visto que o PT não conseguiu satisfazer seus eleitores. Porém algumas práticas e discursos desses grupos conservadores precisam ser vistos com cautela. Principalmente as demandas por mais ordem e repressão que possam violar os direitos humanos e a intromissão de projetos de evangélicos no parlamento, baseados em preceitos religiosos e que não respeitam o Estado laico e a pluralidade social.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo mostrar a importância de entender o relacionamento de duas esferas sociais na realidade brasileira: religião e política. Como se relacionam, quais são seus limites, como a interferência de uma sobre a outra é prejudicial para o bom funcionamento de uma democracia. A independência de ambas é fundamental para assegurar o Estado laico e o controle dos excessos do Estado, uma vez que instituições religiosas possam também ser encaradas como importantes para assegurar direitos básicos que estejam sendo violados.

Foram abordados dois períodos distintos da história brasileira. Primeiramente a crise política que levou ao golpe militar de 1964, em que a Igreja Católica apoiou os militares. Isso ocorreu devido a várias razões, como a polarização ideológica existente no período, o contexto da guerra fria e a histórica posição da Igreja contrária ao comunismo. As marchas que aconteceram no período e que exigiram a deposição do então presidente João Goulart foram significativas para explicar o conturbado cenário político. Essas marchas se revestiram de discursos e símbolos conservadores, como religião, família e pátria. Com a consolidação do regime militar e o aumento da repressão, principalmente após a implantação do AI 5, setores mais progressistas da Igreja Católica atuaram de maneira ativa para denunciar as torturas e excessos do Estado. Fizeram um papel importante para defender os direitos mais básicos daqueles que estavam sendo perseguidos.

Com o fim do regime militar e o advento da constituição de 1988, o Estado laico foi assegurado, pelo menos teoricamente. Novos grupos emergiram no espaço político para fazer valer seus direitos e suas representações. Um importante grupo foi os evangélicos, uma parcela da sociedade que estava crescendo cada vez mais.

Se em 1964, os católicos eram os protagonistas na defesa do conservadorismo, atualmente quem assume esse papel são os evangélicos. As igrejas evangélicas e suas várias denominações conseguiram penetrar em espaços que o Estado não conseguia, como periferias e entre as populações mais marginalizadas. Em vez de partidos políticos, as igrejas fizeram o papel de mediadores entre população e Estado. Entraram na política com eficiência e desenvoltura, utilizando o discurso religioso e a ética evangélica para conquistar seus eleitores. Além disso, ganharam espaço nas mídias, como televisão e rádio.

No parlamento, a bancada evangélica cresceu e suas pautas e discursos imbuídos de preceitos religiosos se mostraram contrários a princípios democráticos como o respeito à laicidade e à pluralidade social. São comuns posturas como intolerância a minorias, a direitos de homossexuais e mulheres. Em suma, a não aceitação de comportamentos que eles entendem contrários à suas convicções religiosas.

Acrescido a isso, a direita e o conservadorismo ascendeu no cenário de crise política que se instalou nos últimos anos, com insatisfação com as instituições, uma intensa polarização ideológica e violência concreta e simbólica contra minorias e pessoas e grupos associados à esquerda. Dessa forma, faz-se necessário assegurar a continuidade das instituições democráticas, assegurar as liberdades básicas para a construção da discussão política e construir uma sociedade laica com liberdade religiosa. É vital principalmente se atentar a determinados discursos e demandas autoritárias vindas da população, que possam limitar a liberdade de outrem, que não são apenas conservadores mas autoritárias, que se imbuem de um discurso religioso para legitimar imposição a parcelas da população vistas como contrárias às suas visões de mundo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo de. Deuses do parlamento: os impedimentos de Dilma. In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (Org.). Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018. p. 163-193.
- ALVES, Marcio Moreira. A igreja e a política no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- AMORIM, Carlos Roberto Cunha. A Igreja do Diabo - O Catolicismo Brasileiro no Golpe Militar de 1964. 1. ed. Franca - SP: Ribeirão Gráfica e Editora, 2004.
- ÁVILA, Maria Betania de Melo. Reflexões sobre a laicidade. In: Estado Laico e Liberdades Democráticas. Recife: Articulação de Mulheres Brasileiras/ Rede Nacional Feminista de Saúde/SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia/, Abril 2006.
- AZEVEDO, Reinaldo. O IBGE e a religião — Cristãos são 86,8% do Brasil; católicos caem para 64,6%; evangélicos já são 22,2%. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-ibge-e-a-religiao-cristaos-sao-86-8-do-brasil-catolicos-caem-para-64-6-evangelicos-ja-sao-22-2/>. Acesso em 12 dez. 2018.
- BARROS, Raimundo Caramuru; OLIVEIRA, Lauro de (org). Dom Helder: o artesão da paz. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
- BOHN, Simone R. Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. X, nº 2, p. 288-338, out. 2004.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRITTO, Patrícia. Líder do MST é hostilizado no aeroporto de Fortaleza. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1685372-lider-do-mst-e-hostilizado-no-aeroporto-de-fortaleza.shtml>. Acesso em: 11 dez. 2018.
- BUCCI, Eugênio. A forma bruta dos protestos: Das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2016.

BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (Org.). Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018. p. 15-66.

CARDONHA, José. A Igreja Católica nos “Anos de Chumbo”: Resistência e Deslegitimação do Estado Autoritário Brasileiro 1968-1974. 543 f. Tese (Doutorado)- Doutorado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

CARRILLO, Elisa A. Alcide de Gasperi: the long apprenticeship. Indiana: University of Notre Dame Press, 1965.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.271-302, jul 2004.

DREIFUSS, René Armand. 1964: a Conquista do Estado Ação Política, Poder e Golpe de Classe. São Paulo: Editora Vozes, 1981

ESQUIVEL, Juan. Igreja católica e Estado na Argentina e no Brasil. Notas introdutórias para uma análise comparativa, Trabalho apresentado nas XXII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, São Paulo, USP, outubro de 2003.

GASPARI, Elio. A Ditadura Envergonhada, Vol. 1. Coleção As Ilusões Armadas, São Paulo: Cia da Letras, 2002.

LEVINSON, Jerome; ONIS, Juan de. The Alliance That Lost Its Way: A Critical Report on the Alliance for Progress. New York: Quadrangle Books, 1972.

LEMOS, Carolyne Santos. Teologia da prosperidade e sua expansão pelo mundo. Revista Eletrônica Espaço Teológico. Vol. 11, n. 20, p. 80-96, jul/dez, 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

MAIA, Eduardo Lopes Cabral. Os evangélicos e a política. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 2 (4), p. 91-112, ago-dez/2006.

MARIANO, Ricardo. Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religioso sobre as igrejas pentecostais. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*. Vol. 3(1), Porto Alegre, EDIPUCRS, 2003.

MARIANO, Ricardo. *Laicidade à Brasileira*. Porto Alegre: Civitas, v. 11, n. 2, p. 238- 258, 2011

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo. Editora Perspectiva, 2002.

PIERUCCI, Antônio Flávio. "As bases da nova direita". *Novos Estudos Cebrap*, n.19. São Paulo, 1987, p. 26-45.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *Estado Laico, Fundamentalismo e a busca da verdade*. In: *Estado Laico e Liberdades Democráticas*. Recife: Articulação de Mulheres Brasileiras/ Rede Nacional Feminista de Saúde/SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, Abril 2006.

POLLANAH, Stella M. Senra. In: *Livro de Cabeceira da Mulher*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. Vol. 5, p. 157-174.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. *Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica*. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 29, n. 2, p. 187-214, ago. 2017.

PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCS, 2004.

SANCTIS, Antonio de. *Encíclicas e documentos sociais da "Rerum novarum" à "Octogesima adveniens": de Leão XIII, Pio XI, Pio XII, João XXIII, Concílio Vaticano II e Paulo VI*. Texas: Edições LTr, 1972.

SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. *A "mulher brasileira" em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964*. 2008. 132 p. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *As várias faces da Igreja Católica*. *Estud. av.* vol.18 no.52 São Paulo Set/Dec. 2004.

TATAGIBA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (Org.). Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018. p. 87-116.

TREVISAN, J. . A Frente Parlamentar Evangélica: Força política no estado laico brasileiro. Numen: revista de estudos e pesquisa da religião, v. 16, p. 29-57, 2013.

ZAREMBA, Júlia. Vítima de intolerância religiosa, menina de 11 anos é apedrejada na cabeça após festa de Candomblé. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/vitima-de-intolerancia-religiosa-menina-de-11-anos-apedrejada-na-cabeca-apos-festa-de-candomble-16456208.html>. Acesso em: 11 dez. 2018.